

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de fevereiro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Atas da sexta sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, realizada em 13 de fevereiro de 2019, e da primeira sessão especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, realizada em 15 de fevereiro de 2019. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro inscrito, deputado Zé Cocá, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.) Na ausência, o deputado Marcelo Veiga pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELO VEIGA: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, todos os servidores da Casa – do menos graduado até o mais graduado servidor da Casa –, toda a imprensa aqui presente, gostaria de dizer que hoje é um dia muito especial para mim. Apesar de caminhar nos bastidores desta Casa há 12 anos, hoje eu uso a tribuna pela primeira vez, deputado Targino, como deputado estadual. E isso me honra muito. Eu conheço muito o bastidor desta Casa, conheço muito as pessoas desta Casa, mas, estar como deputado, realmente, é uma emoção muito grande. E gostaria de dizer que vou honrar cada um dos 70 612 votos que obtive espalhados por toda a Bahia.

Eu acredito muito na política jovem, Targino, na política nova, na renovação, mas na renovação junto à experiência, a experiência de quem está aqui há mais tempo. É por isso que eu chego aqui com muita humildade, com muito pé no chão, aprendendo com quem está há mais tempo.

Tenho orgulho de dizer que sou um parceiro, um deputado que faz parte do time de Rui Costa, o governador que foi eleito com 76% dos votos. A Bahia demonstrou que Rui, realmente, fez um trabalho popular, um trabalho de gestão, um trabalho junto do povo, e isso é muito importante para esta Casa. Tenha certeza, governador Rui Costa, de que o deputado Marcelo Veiga caminhará junto com você, caminhará junto com você para fazer uma Bahia ainda melhor.

Eu penso muito na política da humildade, da política com pé no chão. Eu acredito que o deputado tem que andar lado a lado do povo, tem que ser um mandato popular, um mandato voltado para a zona rural, um mandato voltado para quem mais precisa. Eu acho que o povo, a população dá a oportunidade para a gente, Zó, estar aqui, hoje, nesta Casa. Mas a gente tem que honrar o compromisso, a gente tem que saber que estamos como deputado e isso pode ser passageiro, isso pode durar 4 anos, pode durar 8, durar 12. Então, a gente tem que cada dia subir nesta tribuna, entrar no gabinete sabendo que a gente tem de honrar quem nos colocou aqui, e quem nos colocou aqui foi o povo.

E, por fim, Sr.^a Presidente, eu queria fazer aqui uma sugestão ao presidente Nelson Leal, uma sugestão à Mesa Diretora. Eu, como disse, passei muitos anos nos bastidores desta Casa. E tinha um projeto que eu achava muito importante para ela. Eu acho que esse projeto enobrecia a Casa e aproximava a Casa do Povo do povo: era o projeto da Assembleia Itinerante. Então, fica aqui a minha sugestão para que esse projeto seja colocado em prática mais uma vez. Eu acompanhei algumas assembleias itinerantes e vi como era importante, deputado Zé Cocá, a Assembleia estar em Jequié, o povo estar vendo uma sessão de perto em Jequié. Isso aproxima o povo e era um projeto que acontecia aqui, foi interrompido; mas deixo aqui a minha sugestão para retomar esse projeto.

Muito obrigado a todos e que Deus nos abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de até 5 minutos. Deputado Hilton Coelho. (Pausa.) Na ausência, o próximo, Pastor Tom, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Jacó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, colegas deputados, funcionários da Casa, da *TV ALBA*, jornalistas presentes, pessoal da tribuna e o povo da Bahia, meu boa-tarde.

Hoje, trago aqui algumas informações que eu acho que são importantes para esta Casa. A primeira é em relação à extensão das comarcas no interior da Bahia. E, no território de Irecê, essa medida vai impactar sobremaneira no acesso à Justiça.

(Lê): “Eu recebi do Presidente da Subseção da OAB de Irecê, o Dr. Jaques Garaffa e da vice-presidenta Leonellea Pereira, minha amiga, a informação do trâmite do Processo nº 2018/65027, que tramita no Tribunal de Justiça da Bahia, que pode desativar mais de 30 comarcas na Bahia.

Na região de Irecê, por exemplo, são três comarcas que podem ser desativadas, as das cidades de Lapão, de Canarana (que abrange a cidade de Barro Alto) e de João Dourado (que abrange a cidade de América Dourada). Ou seja, cinco cidades, com quase 110 mil habitantes, que reúnem juntas mais de 15 mil processos. Avaliem o impacto.

Segundo a proposta, todas essas comarcas seriam transferidas para o município de Irecê, que já vive um verdadeiro caos, pois já possui competências jurisdicionais sobre mais cinco cidades (Jussara, São Gabriel, Presidente Dutra, Uibaí e Ibititá).”

Então, praticamente, metade do território de Irecê, deputado Robinson Almeida, vai ficar sendo atendido pelo fórum da cidade de Irecê. Então, isso é um absurdo, é uma medida que vai prejudicar sobremaneira. Imagine o agricultor familiar de América Dourada que quer tirar uma certidão de nascimento ter que ir ao fórum em Irecê. Imagine precisar tirar um título de eleitor, deputada, e ter que se deslocar. Então, isso é uma crueldade, uma desumanidade, e terá, com certeza, um impacto social muito grande. Se essa medida for aplicada, como eu falei, será o caos.

“(…) Se não bastasse isso, das nove comarcas existentes hoje na região, apenas duas (Irecê e Xique-Xique) possuem juízes titulares.

Esse pedido está tramitando na Comissão de Reforma Judiciária, e fica aqui então o meu pedido de sensibilidade ao pleno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e do Presidente Gesivaldo Britto, autor deste pedido, para que reavalie essa medida que tanto mal vai causar àqueles que mais precisam da justiça no nosso estado...”

Queria também falar aqui sobre o Projeto de Lei nº 23.085/2009, da minha autoria, que dispõe sobre normas e procedimentos de combate à violência lgbtfóbica na Bahia.

“(…) A presente proposição tem objetivo de combater diversas formas de violência lgbtfóbicas no estado da Bahia, além de definir sanções a práticas discriminatórias.

A elaboração desta lei tem contribuição fundamental da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –, da companheira

Symmy Laurrat, presidenta da entidade, e de diversos militantes de movimentos da causa LGBTI, que contribuem com nosso mandato parlamentar.

Segundo os dados, em 2018 houve 520 crimes contra pessoas LGBTI. Supõe-se que esse número seja bem maior.

Eu diria que a primeira pauta de todas é a violência, é poder existir sem que a sua existência seja uma ameaça ao mundo e, conseqüentemente, seja alvo de ódio e de crimes, de assassinatos.”

Chega de perseguição a essa população, chega de morte a esse povo. Essa população precisa ser respeitada, ser...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) valorizada. E não perseguida e discriminada, como acontece no nosso estado e no nosso país. São mais de dez estados que já têm essa lei. E eu espero e desejo que esta Casa tenha a maturidade para que a gente possa avançar e tramitar com esse projeto aqui nesta Casa.

Quero informar também – e aqui vai o recado para a nossa turma do Extremo Sul da Bahia, para o MST: (Lê) “Nesta próxima sexta-feira (22), ocorre o Ato de Transição do Acampamento...”

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) para o Assentamento Gildásio Santos Ribeiro do MST, que fica...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Concluindo, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) localizado no município de Santa Cruz Cabralia”. São mais de 70 famílias que serão beneficiadas, são mais de 10 anos de luta. E aqui vai o meu agradecimento a Preto, Eleuda, PC, Evanildo e Liu, em nome da coordenação do MST. E também saúdo os assentados do Gildásio Santos Ribeiro, Dona Gulinha, Gessé, Cristina, Alan, Seu Luís, Dona Maria e tantos outros.

No sábado também será a vez – me permita, presidenta – do Acampamento Adão Preto, no município de Itabela, que também vai ser tornar um assentamento. Então, eu quero aqui saudar também os companheiros Davi e Rosa, que são lideranças desse assentamento. Saudando, assim, toda a população do MST, suas lideranças e seu povo, que tanto bem tem prestado ao nosso povo na Bahia.

Eu vou ficando por aqui. Espero uma oportunidade,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Concluindo, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) no Grande Expediente, para voltar a falar novamente.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Presidente, deputada Maria del Carmen, nobres deputados e deputadas desta Casa, aqueles que nos ouvem nas Galerias, senhores da imprensa, nossas companheiras e companheiros servidores desta Casa, celebrar aqui a primeira grande derrota do governo ora estabelecido neste país, no seu avanço de estabelecer o estado policial, aquele que investiga seletivamente e pune seletivamente.

Então, as mudanças não permitidas, hoje, pela Câmara Federal à Lei de Acesso... É uma vitória da democracia, porque ali se restringia a seletividade, que aumentava, e, ao mesmo tempo, se aumentava o número de funcionários que teriam a capacidade de proibir a transparência relativa a processos investigativos.

Então, isso é uma vitória. Significa que tanto para a Lei Anticrime como para as outras que venham por iniciativa do Executivo no sentido de consolidar o estado policial neste país vai ser muito difícil passar pelo Congresso Nacional.

Outra questão, eu gostaria de convidar todos os deputados porque amanhã estaremos realizando uma sessão para a entrega de uma comenda, a Comenda Dois de Julho, ao autor, contrabaixista e lutador por uma categoria, a dos compositores do nosso estado e do Brasil, que é Manno Góes.

Manno Góes é um grande lutador pelos direitos autorais. E essa sessão ocorrerá num momento propício, porque antes do Carnaval. E é aí onde se dá o grande calote, porque várias instituições ainda se negam a recolher os direitos autorais daqueles que, com o seu esforço cultural, produzem a alegria dessa festa, produzem manifestações culturais importantes e não têm o direito de receber o reembolso pelo esforço que é feito, o esforço intelectual, cultural, físico, no sentido de produzir obras de arte, produzir as músicas que fazem a alegria do nosso povo. Manno Góes é uma personalidade do nosso estado, é um precursor dessa luta.

E aqui, nesta Casa, também se abriu uma polêmica muito grande depois que foi entregue aqui uma medalha ao Cacique Babau, no sentido de que estava sendo banalizada esse tipo de iniciativa. O que nós temos que fazer – e eu vejo como uma certa demagogia essa discussão – é, justamente, cumprir o que está no Regimento. No Regimento se prevê que passem pelas comissões devidas as análises dessas comendas e que aqui, no Plenário, sejam votadas por 32 deputados, e que a votação seja secreta. Isso resolve, resolve!

Aqui é a Casa da diversidade! Se nós formos fazer um regulamento para dizer quem tem que receber comenda não vamos encontrar nunca um consenso, porque aqui é a proporcionalidade que define a formação. Nós somos diversos. Claro que ocupamos a mesma Casa, temos a nossa responsabilidade, mas nunca vamos ser iguais no pensamento e nos segmentos que representamos socialmente,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) deputado Euclides. Então, é impossível!

Então, eu acho isso uma discussão demagógica ! Dizer que agora vamos ser rigorosos. Não existe isso! Basta cumprirmos o Regimento. E cada um que faça aqui a sua proposição de homenagear e esta Casa julgue se é pertinente ou não, como eu repetiria todas aquelas já...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) indicadas aqui e aprovadas se o Regimento fosse seguido.

Então, amanhã, convido todos os deputados por um grande lutador de uma categoria invisibilizada que são os compositores dessa grande matriz cultural deste país que é a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, senhores que nos visitam e estão ocupando as Galerias desta Casa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, infelizmente, Srs. Deputados, eu ocupo esta tribuna hoje para trazer uma notícia negativa da cidade que escolhi para viver e amar, a cidade de Feira de Santana, que me tem trazido tantas alegrias, de um povo que tem sido comigo absolutamente generoso.

Mas eu preciso vir aqui hoje para cumprir o dever e a obrigação de dizer que Feira de Santana, segunda maior cidade do estado, maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, atualmente administrada pelo Dr. Colbert Martins Filho, médico angiologista... cito a profissão dele porque aquela cidade, apesar de ser governada por um médico, está submetida a uma epidemia de dengue nunca vista. Fala-se em mais de 700 notificações este ano. Isso é um absurdo!

Absurdo, Sr.^a Presidente, pela negligência dos gestores da saúde pública do município, que são o prefeito e, no caso, a secretária da Saúde. Já ocorreram mortes, óbitos, por dengue em Feira de Santana e não sei porque o prefeito Colbert Martins Filho ainda não criou um gabinete de crise para administrar essa situação, buscando meios para mitigar o sofrimento de tantas pessoas, notadamente os mais jovens e os mais velhos, que são aqueles que mais sofrem nessa situação.

Não adianta, prefeito Colbert Martins, o discurso de que a sua equipe está fazendo, alegando que 90% dos focos dos mosquitos se encontram dentro das residências. Isso não é verdade! Porque a causa da epidemia de dengue em Feira de Santana não está, em sua maioria, no interior das casas, mas está nas ruas sujas, está no capim que cresce nas ruas e nas calçadas, está numa infinidade de terrenos baldios sem fiscalização, onde a vegetação cresce de forma desordenada, sem tratamento, onde se depositam lixo e entulhos.

Porque, infelizmente, Feira de Santana, cidade que aqui represento, onde tive 42.200 votos, não tem fiscalização para nada. Para nada! Inclusive, em qualquer lugar uma caçamba chega e descarrega o entulho e vai embora na certeza da impunidade, porque não tem fiscalização.

Infelizmente, denunciei aqui nesta semana que mudaram em Feira de Santana a lei para a edificação de novos postos de gasolina. Em Salvador, deputado Eduardo Alencar,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) existe um limite de mil metros para se instalar postos de gasolina, mil metros de um para o outro. Lá, era 750, e baixaram para 200. E, infelizmente, em Feira de Santana se pode construir cinco postos de gasolina a cada 1.100 metros.

Venho aqui para, desta tribuna, lançar um novo desafio ao prefeito...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Colbert Martins: tome juízo, Dr. Colbert Martins! V. Ex.^a é médico angiologista, não é anestesista para estar paralisando Feira de Santana como V. Ex.^a está fazendo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Comunicação inadiável, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr.^a Presidente, peço a palavra para registrar que desde as primeiras horas da manhã de hoje estão presentes aqui, na Casa, as professoras aposentadas. Estão – inclusive, parte delas está aqui, nas Galerias da Casa – representadas pela Ajuprof Bahia e com reivindicações que nos chamaram muito a atenção.

A situação dos professores aposentados é realmente dramática. A partir de 2013, esse segmento da categoria segue tendo os seus salários absolutamente aviltados porque não teve nenhum tipo de acréscimo salarial. Infelizmente, o governador Rui Costa não respeita o reajuste do piso nacional, no caso, o nosso piso aqui, na Bahia, e em consequência disso existe um verdadeiro congelamento da remuneração dessas educadoras e educadores do estado. O que tem significado que boa parte da categoria está numa situação de perceber em torno de um salário mínimo. Então, é uma condição ruim.

Eu acho que nós precisamos respeitar ainda mais momento em que se fala em mudar os rumos da educação na Bahia. Nós precisamos respeitar, também, aquelas pessoas que construíram toda uma trajetória de afirmação do que é a educação do nosso estado. Isso passa também por mostrar que nós temos respeito a essas profissionais, porque, sem elas, nada poderia ter sido feito pela educação no nosso estado.

Então, nós recebemos a visita em nosso gabinete. Nós queremos pedir que todos os deputados recebessem muito bem essas educadoras e procurassem dar decorrência prática a esta escuta que teve quatro pontos principais de reivindicação no momento da discussão.

Primeiro, há a revisão geral dos vencimentos dos últimos 4 anos e o reajuste salarial pelos motivos falados aqui como o congelamento não admitido claramente pelo governo, mas, nas entrelinhas, inclusive publicamente já admitido; segundo, o retorno dos graus I e II; terceiro, ponto muito importante, agilidade no pagamento da reclassificação; e quarto, o pagamento da URV.

Eu quero destacar, também, Sr.^a Presidenta, que segmentos da categoria, ou melhor, do serviço público, alguns especificamente receberam o pagamento da URV. Mas as professoras aposentadas do estado permanecem ainda por receber esta dívida dos governos, especialmente agora do governo Rui Costa.

Então é um conjunto de situações que devem chamar a atenção desta Casa. Além do apoio que nós declaramos ao documento apresentado em nosso gabinete, nós assumimos o compromisso de fazer uma audiência pública, porque são muitas as questões. Eu queria contar, aqui, especialmente, com o apoio dos membros da Comissão de Educação como o deputado Rosenberg, o deputado Robson, a deputada Olívia, o deputado Jacó. Todos esses são membros da Comissão de Educação. Espero que a gente possa fazer uma grande audiência pública para tratar da situação das educadoras e educadores aposentados do nosso estado.

Há mais um conjunto de outras iniciativas com vistas a superar isso que já está se tornando uma verdadeira mancha na trajetória do nosso estado, já que nós não podemos, como eu disse inicialmente, quero concluir mais uma vez reafirmando, pensar em valorizar a educação com um exemplo simbólico tão ruim, que é este tratamento desumano que está sendo dado às educadoras e aos educadores do nosso estado.

Podem contar com o Partido Socialismo e Liberdade neste campo de batalha.

Parabéns pela luta! (Palmas)

A Sr.^a Olívia Santana: Uma comunicação inadiável, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, para uma comunicação inadiável, a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Presidenta Maria del Carmen, quero saudar todos e todas.

A minha comunicação...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputada, com licença, V. Ex.^a é Líder do seu partido ou de algum dos outros partidos?

A Sr.^a Olívia Santana: Não.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não. É prerrogativa. Está aqui sendo dito a mim. Eu não me recordava deste item do Regimento de que é prerrogativa de Líder ou de representante. Desculpa.

A Sr.^a Olívia Santana: Desculpa, presidenta, eu tentei me inscrever; não consegui e tentei.

Obrigada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, eu queria, mais uma vez, no início de mais uma legislatura, reafirmar o meu compromisso com a lavoura cacaueira, o meu compromisso com a Região Sul da Bahia, pois esta área, infelizmente, desde o final

dos anos 1980 até os dias atuais, tem sofrido uma grave crise socioeconômica desde a chegada da vassoura-de-bruxa à nossa região transformando, de forma surpreendente, toda uma região e todo o cenário de uma região. Esta era uma área rica, geradora de renda e de emprego, uma região que já contribuiu com grande parte da riqueza do nosso estado.

Infelizmente, depois da chegada da vassoura-de-bruxa, a área se transformou em uma região empobrecida, uma região onde o êxodo rural explodiu na Região Sul devido a demissão em massa dos trabalhadores rurais das propriedades. A região está, total e atualmente, endividada.

E, aí, pasmem!, deputados, grande parte deste endividamento é oriundo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Esse plano consistia em dar um empréstimo aos produtores, aos cacauicultores, baseados em uma nota técnica, uma nota técnica na CEPLAC. Ou seja, para a pessoa adquirir esse empréstimo, ela teria de seguir uma nota técnica na CEPLAC. E, aí, pasmem, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas presentes, essa nota técnica foi, logo depois, considerada ineficaz, ou seja, ela não servia para nada, ela não servia para o objetivo que ela tinha sido proposta pela CEPLAC, que era combater a vassoura-de-bruxa.

E o cacauicultor continuou com a sua dívida, gerando uma das maiores injustiças que conheci na minha vida, pois essas dívidas se transformaram em dívidas milionárias, esses empréstimos se transformaram em empréstimos impagáveis. E, hoje, a região está empobrecida e cheia de dívidas devido a essa questão. Como pode o produtor de cacau pagar por um empréstimo ou dever um empréstimo onde ele não teve culpa, pois ele aplicou o dinheiro e aplicou esse recurso da forma que foi especificada pelo governo?

Quanto a isso, eu quero reafirmar a minha luta, repito, a minha luta junto com o deputado federal Leur Lomanto Júnior, a minha luta junto com o Líder do nosso partido, meu grande amigo e deputado da região, o deputado Sandro Régis, para a gente conseguir sensibilizar o governo federal ao mostrar a realidade da lavoura cacaueira, ao mostrar que a região cacaueira merece uma atenção especial e merece que esta injustiça seja corrigida.

Esta será a nossa luta!

Vamos levar esta luta para mostrar à ministra Tereza Cristina e ao nosso partido que a região cacaueira merece, sim, corrigir esta grande injustiça.

A gente vai procurar sensibilizar todos para o governo ter a clareza de renegociar essas dívidas, ou melhor, anistiar essa dívida. Como o cacauicultor pode pagar por algo que ele não tem culpa? Ele, o cacauicultor, não tem culpa por pegar um empréstimo, seguir uma nota técnica, e essa nota técnica ser declarada ineficaz.

Esta é a luta nossa. Esta é a luta da região cacaueira, porque a região cacaueira, a Região Sul da Bahia quer continuar contribuindo para o nosso estado e para o nosso país, gerando emprego, gerando renda, plantando e produzindo o cacau, pois as nossas amêndoas são consideradas as melhores do Brasil e, também, por que não dizer, do mundo.

A região quer continuar produzindo o cacau no sul baiano, hoje internacionalmente conhecido e admirado pelo seu sabor e pela sua qualidade. A região quer continuar, sim, preservando a Mata Atlântica, pois ela é tão importante para a preservação do meio ambiente e para os dias atuais.

Eu quero reafirmar a nossa luta em defesa da lavoura cacaueira, quero reafirmar a nossa luta em defesa do Sul da Bahia, porque a nossa região, deputada Maria del Carmen, não está pedindo favor e, sim, pedindo justiça por tudo com que ela já contribuiu para a Bahia e para o Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Robson Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu queria iniciar me associando à crítica do Líder da Oposição à gestão do seu aliado em Feira de Santana, o prefeito Colbert Martins, por não conseguir combater o surto de dengue na cidade.

Eu queria lembrá-lo que há outro inseto perturbando a vida e a saúde pública em Feira de Santana chamado pityocampa. Esse inseto, deputado Targino, deve ser a mãe do *aedes aegypti*. Os recursos que faltam para fazer a prevenção na saúde foram desviados, segundo o Ministério Público, da prefeitura de Feira de Santana.

Mas, Sr.^a Presidenta, eu gostaria, aqui hoje, quando foi apresentada oficialmente a proposta da reforma da Previdência pelo governo federal, de colocar a minha preocupação, a minha insatisfação e a minha indignação com um governo que se elegeu prometendo cuidar do nosso povo pobre. E a primeira medida estruturante apresentada é atacar aqueles que precisam da proteção do poder público.

Veja, presidenta, o pacote de maldades que o governo Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional hoje. Quanto à aposentadoria no setor privado, hoje pode se aposentar homens com o tempo de serviço e tempo de contribuição. Com a reforma, o projeto modifica a idade mínima para se aposentar: os homens para 65 anos de idade e as mulheres para 62 anos de idade.

Mas não é só isso. Agora, para se aposentar, tem que pagar 20 anos de contribuição ao INSS. Deputado Hilton, mesmo pagando 20 anos de contribuição ao INSS, tendo 65 anos de idade para homem ou 62 anos de idade para mulher, só vai receber 60% do valor de contribuição! Para receber 100% do valor de contribuição, o contribuinte tem de pagar, durante 40 anos, ao INSS.

Eu quero saber quem é o trabalhador brasileiro que vai conseguir, em carteira assinada, ter 40 anos de contribuição. Isso é uma maldade! Isso é um acinte ao nosso povo trabalhador que merece, ao final das suas vidas, um salário e uma condição digna para curtir o resto de sua existência.

Além disso, se a maldade atingisse só os urbanos, já seria grave. Gravíssimo é estender esta maldade aos trabalhadores rurais! Hoje, deputado Zó, o senhor,

originário do Sertão do São Francisco, sabe que um homem que está no campo começa a trabalhar aos 8, 9 anos de idade ajudando pai e mãe a enterrar uma covinha de milho, uma cova de feijão, levando a marmita para o trabalho.

Esse aí será equiparado ao trabalhador urbano e terá de contribuir por 20 anos – por 20 anos! – para ter direito à aposentadoria. Na regra atual não precisa dessa contribuição, basta comprovar o vínculo com a atividade da agricultura. Além disso, ele eleva a idade das mulheres do campo de 55 para 60 anos, o que atinge profundamente um segmento que cumpre, além do trabalho, muitas tarefas de casa para cuidar da família.

Imagine, deputada Maria del Carmen, que ele eleva o valor da alíquota do INSS de 11% para 11,68%. Fazendo um exercício rápido, um trabalhador que vá utilizar a faixa mínima, que é um salário mínimo, ele vai pagar alíquota de 7,5%. Significa que numa casa de um homem da roça que tem quatro pessoas para contribuir, pai, mãe e filhos, cada um vai ter que pagar R\$ 75,00. Essa família vai ter que pagar R\$ 300,00 por mês. Eu quero saber qual é o trabalhador rural...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que vai poder pagar essa Previdência do presidente Jair Bolsonaro.

Por isso tudo, o povo brasileiro tem de se organizar, tem de se levantar, tem de dizer um não a essa reforma da Previdência injusta, que quer perseguir os pobres do Brasil.

Não à reforma do governo Bolsonaro!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Zé Cocá pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde, minha presidenta Maria del Carmen.

Hoje é aniversário da minha querida Lafaiete Coutinho. Eu queria ler aqui ler uma moção para minha querida cidade.

(Lê) “Nesta quarta-feira, dia 20 de fevereiro, Lafaiete Coutinho comemora seu aniversário de 57 anos de emancipação política.

Apresentamos, aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, uma moção de congratulação pela data, como forma de homenagear este município tão querido e sua população.

Eu tenho um caso de amor com Lafaiete Coutinho. Foi lá que eu construí a minha família, onde fui prefeito por dois mandatos, e que fiz muitos amigos. Então, nesta data tão importante quero me unir aos lafaietenses e desejar que continuemos crescendo e trilhando o caminho do desenvolvimento.

Eu ainda gostaria de agradecer a confiança dos munícipes, e aproveito para renovar o meu compromisso de unir esforços com a gestão municipal, para continuar trabalhando e sempre buscando melhorias para Lafaiete Coutinho.

Vou contar para vocês um pouco da história desta cidade. A história do município de Lafaiete Coutinho remonta ao início do século XIX. Seu atual território, habitado primitivamente pelos índios maracás, surgiu inicialmente em função da procura de terrenos férteis para agricultura, por algumas famílias. A cidade antes era conhecida como Baixa Alegre, devido ao caráter alegre e festivo de seus moradores.

Mais tarde Baixa Alegre teve seu nome mudado para Vila dos Três Morros (Morro Alto, Morro da Cruz e do Sabino), devido a sua situação geográfica, como distrito de Maracás.

Logo depois foi desmembrada de Maracás, emancipando-se politicamente a 20 de fevereiro de 1962, na gestão do governador Juracy Magalhães, pela Lei nº 1.619, publicada no *Diário Oficial do Estado* em 1º de março de 1962.

Seu topônimo é uma homenagem ao médico paraibano radicado desde os tempos de estudante de Medicina, em Salvador, e depois professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, Lafayette Coutinho de Albuquerque, nascido em 12 de dezembro de 1906, que foi, dentre outras funções públicas, secretário de Agricultura e secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia.”

Peço que esta moção, minha presidenta, seja inserida nos Anais desta Casa.

Aproveito o meu tempo para parabenizar também minha querida Jequié pela exploração da jazida de quartzo, o que vai gerar quase mil empregos naquela cidade, D. Maria.

Tivemos uma reunião com a empresa algumas vezes. Amanhã, estaremos novamente com essa empresa discutindo alguns assuntos, buscando ajudá-la junto à SDE. Agradeço aqui ao vice-governador e secretário do Desenvolvimento Econômico, João Leão, por ter adiantado esses processos. Quero parabenizá-lo por estar dando esse dinamismo a essa secretaria.

Tenho certeza de que, junto com o meu vice-governador João Leão, iremos levar vários benefícios para Jequié e para toda a nossa região. Já estamos construindo eixos em 5, 6 cidades, D. Maria, para que a gente consiga levar algumas fábricas. Estamos discutindo a instalação de galpões, de estrutura, Robson, para podermos levar emprego para as pessoas que mais precisam.

Por outro lado, fico triste quando vejo a questão da reforma da Previdência. Sou da roça, me criei lá e conheço, como você bem disse, Robson, a dificuldade que o pequeno produtor tem. Sei que é impossível para um pequeno produtor que tenha quatro pessoas em casa pagar R\$ 350,00; se fosse pagar somente os R\$ 75,00 dele, já seria difícil.

Um dia, ouvi um cidadão de classe alta, de condição, dizer que o pequeno não tinha direito porque não contribuiu. Eu digo que esse direito não foi dado a ele, não. Esse direito foi tirado dele no passado, e isso prejudicou essas famílias até hoje.

Então, a gente não pode dizer que o cidadão que trabalha na roça, que leva sustento à mesa das pessoas, não tem direito de se aposentar. Muito pelo contrário, ele tem de ser visto de modo diferente, não pode ser marginalizado. Ele tem de ser discutido de outra forma, pois está pagando o preço de um passado medíocre, o preço de um país...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que sempre marginalizou o pequeno.

Quero agradecer novamente e parabenizar a minha querida Lafaiete Coutinho pelo seu aniversário de emancipação política. Termino dizendo que estamos juntos por dias melhores.

Um grande abraço.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Zé Cocá, V. Ex.^a será atendido no seu pedido.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Eduardo Alencar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, Galerias que seguem conosco, venho hoje, nesta tarde, relatar um fato ocorrido comigo e com os amigos de Mundo Novo que estão aqui presentes, como os vereadores Sandro do Umbuzeiro e Márcio.

Pois bem, eu e esse grupo de amigos de Mundo Novo estivemos na Embasa para conversar com o presidente, Rogério Cedraz, e com o diretor Ubiratan. Fomos lá, presidente, solicitar água para o distrito de Umbuzeiro, localidade onde moram mais de 2 mil pessoas, mas não tem água. O abastecimento é a carro-pipa, é uma situação muito difícil. Apesar de ter chovido, o abastecimento só dá para mais 15 dias.

Fomos suplicar, pedir ao presidente da Embasa, Dr. Rogério Cedraz, que nos ajudasse e desse uma orientação. Ouvimos dele a explicação de que a Embasa, naquele momento, estava sem recurso e que não poderia fazer essa obra, que atenderia a todos os municípios. Mas tinha outra opção, que é levar água da Barragem do França para o distrito de Angico, facilitando a vida daquele povo.

E assim levamos à comunidade a informação de que a Embasa não tinha a condição de fazer o projeto principal para aquele distrito. Divulgamos e publicamos isso. O prefeito de Ruy Barbosa também estava presente naquele momento lá na Embasa, pois foi pedir estado de urgência para a sua cidade, que está sem água. Também estavam lá o vereador Marcinho e outros vereadores, quando ouvimos essa explicação do presidente.

Assim fizemos e divulgamos. Mas, para minha surpresa, olhando o *Instagram* do deputado Eduardo Salles, vimos que ele divulgou que a Embasa ia licitar a obra de 42 quilômetros, saindo da Barragem do França para o povoado de Cigana. Essa é a obra que nós pedimos, mas recebemos a negativa sob a alegação de não tinha recurso para fazê-la. Mas logo em seguida, na outra semana, depois que estive presente com o presidente Rogério Cedraz, com Ubiratan e com um vereador de Piritiba, o deputado informou no seu *Instagram* que essa obra vai ser concretizada, meu Líder.

Eu passei para o povo dos distritos de Mundo Novo uma informação que para mim era correta, já que me foi dita pelo diretor de operações, Ubiratan, e pelo

presidente da Embasa, Dr. Rogério Cedraz. Na semana seguinte, o nosso colega Eduardo Salles publica que essa obra – repito, que eu recebi a negativa – ia ser licitada. Então, eu gostaria que o Líder do Governo ou o deputado Eduardo nos explicasse como foi conseguida essa obra. Gostaria de saber quem realmente está falando a verdade: a publicação do deputado Eduardo Salles ou a Embasa.

Essa obra é importantíssima. Fomos à Embasa solicitá-la porque uma localidade com mais de 2 mil habitantes não pode continuar a ser abastecida por carro-pipa. O maior sofrimento que uma população pode ter é abrir a sua torneira e não ter água. É um sofrimento!

Fui votado naquele distrito, tenho amigos lá. O vereador Sandro do Umbuzeiro esteve presente nessa audiência. Saímos de lá tristes, mas com a convicção de que houve a boa vontade do presidente da Embasa em fazer essa obra tão importante...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) para todos nós. Não tinha verba agora, mas ia providenciar para fazer num futuro mais distante.

Eu gostaria que o meu nobre Líder nos desse a oportunidade de esclarecer esse fato. Até gostaria que o deputado Eduardo Salles estivesse aqui conosco para ele nos informar essa contradição que está existindo entre a informação que ele deu e a informação que o presidente da Embasa nos informou.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vou pedir a informação e passarei para o deputado Eduardo Alencar.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Com a palavra o deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ: Sr.^a Presidenta, e como é bom falar presidenta nesta época porque dá muita saudade nestes tempos sombrios. E eu queria agradecer ao acordo de líderes, a Targino e a Rosemberg.

Vou garantir a nossa fala aqui, porque é uma fala importante. Mais uma vez, eu vou falar do sertão, do meu sertão, do Sertão do São Francisco de um problema que está acontecendo lá na cidade de Casa Nova, também um pouco diferente, mas na cidade de Sobradinho também, na comunidade de Santana do Sobrado – Rosemberg conhece lá; Jacó conhece aquela região. Praticamente todo mundo conhece aquela região muito bonita que produz vinho, produz frutas, produz peixes, produz lazer, turismo, uma série de outras coisas. Mas é um sertão também, Robinson, que as pessoas não podem ter essa regra de Previdência, porque um trabalhador rural, ele normalmente não tem a expectativa de vida que um cidadão que mora no Sul ou que trabalha num escritório tem.

Então eu queria fazer esse registro, mas queria discorrer aqui de um assunto preocupante. Lá tem o transporte complementar de passageiros. Casa Nova e Santana tem... acredito que quase 100 vans transitando entre Casa Nova e Santana até Petrolina. Pois bem, acaba sendo um transporte interestadual, porque não tem como se chegar à Bahia de melhor forma do que passar pelo estado de Pernambuco, pela nossa querida Petrolina.

Não sei por que interesses as vans de Casa Nova e Santana agora têm que ir por Sobradinho, Rosemberg, aumentando mais 30 quilômetros, aumentando mais R\$ 5,00 para quem vem de Casa Nova e mais R\$ 2,00 para quem vem de Santana no preço, R\$ 5,00 praticamente se aumentam, mais 30 quilômetros, porque está proibido deixar, pegar passageiros, parar na cidade de Petrolina.

Vou conversar com o prefeito, naturalmente, logo que chegar a Juazeiro na semana que vem. Esta semana tenho uma atividade da incorporação do PPL ao nosso partido, a conferência no sábado aqui. O PPL de história bonita do MR-8 que se incorpora ao PCdoB, e não vou estar em Juazeiro. Mas vou procurar, por quê? Porque nós já temos um problema que é com a Agerba, que vou procurar, em relação a Sobradinho.

Sobradinho tem dificuldade de transitar por Juazeiro, e me parece, não dá para eu dizer, que estão defendendo interesses de alguns empresários naquela região, tanto em Petrolina como de Juazeiro a Sobradinho. Não dá para a gente defender os interesses de determinado segmento ou setor, se esse setor não presta o serviço que a população quer! Se não atende às necessidades fundamentais de transporte da população! Não há como fazer transporte de passageiro se não usar as vans, tanto Sobradinho como Casa Nova, para atender decentemente o interesse daquela população.

Fui provocado por Jander, por Paciel Coelho de Santana e pelo vereador Vanderlin, de Casa Nova, para trazer esse assunto à tribuna. E peço ao nosso Líder Rosemberg que esse tratamento em relação à Agerba a gente discuta com a Agerba, porque certamente não é recomendação do nosso governo, para regularizar de forma que possa transitar sem ser preso, sem ser multado, porque aquilo atende de forma boa aos passageiros e atende também, economicamente, a uma série de famílias, de famílias que muitas vezes se sustentam daquele transporte.

São mais de 100 pais de famílias de Sobradinho que estão tendo problemas com a Agerba. Casa Nova e Santana agora também, que se deparam com a situação de não poder deixar passageiros na cidade de Petrolina. E, pasmem, isso afeta também o comércio da cidade de Petrolina, porque muita gente da cidade de Casa Nova, de Santana de Sobrado, que pertence a Casa Nova, mas que é praticamente uma cidade também. Isso muitas pessoas estudam, trabalham e compram nesse comércio, compram e vendem também.

Então, essa discussão aqui é uma discussão que eu levo, trago a esta Casa, porque é uma discussão que não pode acontecer naquela região. Vimos sempre, sempre estamos vendo esse problema que é os transportadores do transporte alternativo...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ZÓ: (...) sendo perseguidos, e a gente não quer que isso aconteça. É preciso que as pessoas se mobilizem e nós, enquanto deputados votados naquela região, o mais votado do território do São Francisco pela segunda vez, trago aqui esta discussão, e vamos procurar o prefeito de Petrolina para resolver esse problema aí e vamos procurar a Agerba para resolver o problema de Sobradinho.

É com isso que trago essa discussão, presidenta, porque peço a esta Casa que também discuta essa questão aqui, porque isso não pode mais acontecer na nossa região.

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ZÓ: Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, líder da nossa bancada, deputado Rosenberg, quero saudar a todos e a todas e dizer que fiz questão de fazer aqui um registro na tarde de hoje de uma iniciativa que considero que foi muito positiva, deputada Maria del Carmen, que foi a audiência pública realizada pela Comissão dos Direitos da Mulher desta Casa, da Assembleia Legislativa da Bahia, em parceria com o Ministério Público do Trabalho.

Essa audiência, que estava marcada para acontecer hoje aqui na Casa, levando em conta a coincidência da iniciativa, nós fizemos a proposta ao Ministério Público do Trabalho de fundir as duas audiências, já que o Ministério Público também estava com uma iniciativa de igual teor no mesmo horário.

Fizemos hoje, pela manhã, uma grande audiência pública com as baianas de acarajé, com as baianas de receptivo de evento, com diversos órgãos envolvidos nessa atividade cultural e, sobretudo, atividade econômica, porque é dessa atividade que as baianas tiram a sua renda, tiram o seu sustento. E essa audiência foi realizada com o propósito, com o objetivo de discutir a necessidade de que a atividade econômica das baianas aconteça e de que os contratantes levem em conta a necessidade de respeitar esse patrimônio cultural e não estabelecer uma prática de folclorização que resvale para, inclusive, agressão, racismo, intolerância religiosa contra a religião de matriz africana.

Digo isso, presidenta, porque essa iniciativa foi tomada levando em conta um episódio que teve repercussão nacional de um aniversário de uma *socialite* e que passou a circular na *internet* fotografias de mulheres baianas de eventos com uma roupa estranha a esse vestimento que as nossas baianas comumente se trajam. Os trajes nos remetiam a um ideário de mucamas. E nós vimos que a repercussão foi uma repercussão extremamente negativa, e isso, inclusive, impactou o trabalho dessas baianas.

Então foi muito importante a gente, a Casa, a Comissão da Mulher ter aprovado essa audiência, nós termos realizado a audiência em parceria com o MPT. E desta audiência saiu um protocolo de recomendações aos diversos órgãos, mas também a própria banca esteve lá, a Associação das Baianas de Receptivos e das Baianas de Acarajé. E toda uma narrativa foi estabelecida ali no sentido, deputada Maria del Carmen, de deixar muito bem estabelecido que a atividade das baianas de acarajé, que também se desdobra em atividade das baianas de evento, elas precisam... Essa atividade precisa ser preservada, elas devem ser contratadas para eventos públicos, eventos privados. O que é necessário é o devido respeito, não é? E estabelecer-se a fronteira muita bem definida.

Essa questão precisa ser debatida – e foi debatida –, porque de repente começou também com a ideia de que as baianas, não poderiam ser contratadas para eventos privados ou que criaria qualquer constrangimento dessas baianas receberem turistas. Isso não existe! As baianas podem, devem ser contratadas, é uma atividade econômica, entretanto, é necessário reconhecer esse ofício como...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) um patrimônio nacional, como uma cultura, uma marca da cultura baiana que tem que ser respeitada nas duas dimensões.

Então, nós fazemos esse apelo, esse protocolo irá para a Abavi, para a Bahiatura, para a Saltur, para todos os órgãos contratantes desses eventos, para instituições privadas para que a atividade continue acontecendo, entretanto, garantindo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a preservação da religiosidade de matriz africana, para não haver situações de prática de racismo ou intolerância religiosa.

Eu saúdo a deputada Fabíola Mansur, a deputada Fátima que também estiveram presentes hoje e garantiram que fosse uma audiência com o protagonismo desta Casa junto conosco.

Muito obrigada, presidenta, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Rosemberg Lula Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidente, hoje, nós combinamos aqui, eu e o deputado Targino, uma vez que a Bancada da Minoria têm uma discussão extremamente importante para fazer agora à tarde aqui, certamente, precisaremos em algum momento, também fazer da nossa bancada e demos a oportunidade a todos que quisessem se manifestar no primeiro, no pinga fogo, no Pequeno Expediente, gostaria de pedir a V. Ex.^a, até porque nós não temos um número necessário de pessoas para que a gente possa encerrar esta sessão.

Queria aproveitar este momento da questão de ordem, deputado Targino, para que a gente possa marcar com o presidente da Casa porque algumas questões têm sido levadas a mim e, certamente, a V. Ex.^a. Por exemplo, choque de horários das comissões: nós precisamos dar uma conversada no sentido de criar, talvez, um procedimento, como é no Congresso Nacional, onde as sessões deliberativas acontecem às terças e quartas-feiras, podendo se fazer as reuniões das comissões na segunda ou na quinta-feira, normalmente na segunda, podendo elas serem intercaladas.

A outra questão é o número excessivo de frentes parlamentares. Regimentalmente, pela quantidade de frentes que eu mesmo já assinei, já foram extrapolados significativamente os limites regimentais da Casa. Que a gente possa criar um entendimento sobre essa questão da quantidade das frentes parlamentares. Obviamente atualizar, talvez, de repente, pontos do Regimento que permitam criar esse tipo de mecanismo.

Era com isso que eu queria pedir a V. Ex.^a que fizesse a verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, estive ocupando a tribuna há pouco, trazendo a minha preocupação a respeito da epidemia de dengue que tomou conta da cidade de Feira de Santana, e trouxe dados e números que eu quero aqui e agora atualizar. Infelizmente a minha cidade, Feira de Santana, que tem sido tão generosa comigo nesses pouco mais de 10 anos em que lá resido, já tem 600 casos de dengue confirmados, 4 mortes e 1 494 casos suspeitos, ainda sem confirmação.

Infelizmente Feira de Santana tem apenas 210 agentes de endemias, uma cidade com quase 700 mil habitantes. E esses 210 agentes de endemias, verdadeiros heróis do asfalto, da chuva, do suor, das escadas, das intempéries estão sem receber salários compatíveis com o seu trabalho, sem receber insalubridade, periculosidade, ou seja, sem ter gratificações. Diga-se de passagem, hoje, para uma cobertura adequada daquilo a que se propõem os agentes de endemias, precisaríamos de mais 300 agentes em Feira de Santana, mais do que o que lá existe.

Eu quero dizer, Sr.^a Presidente, que não adianta a Secretaria de Saúde dizer que 90% dos focos de mosquito estão dentro dos domicílios, dentro das residências, isso não é verdade. A grande maioria dos focos está

nas ruas, está fora das casas, por uma má gestão do município, por lixo em todo canto, por mato, por capim crescendo nas ruas, crescendo nas calçadas, nos passeios, entulhos sendo infelizmente depositados sem nenhuma fiscalização nas ruas, terrenos baldios sem atenção do poder público.

Então eu fico muito triste porque isso... Eu estou, inclusive, com minha família, submetido a risco, como todas as famílias que lá moram ou por lá circulam. Feira de

Santana é uma cidade polo, a segunda maior cidade da Bahia, que recebe diariamente milhares de pessoas do seu entorno, das cidades vizinhas.

Eu lamento que o prefeito da cidade seja médico e ainda não tenha criado um gabinete de crise para tomar conta, para cuidar dessa crise que assola a Princesa do Sertão. Juízo, prefeito Colbert Martins!

Quero, finalmente, Sr.^a Presidente, dizer que quero agradecer a elegância do Líder da Bancada do Governo e dizer a ele que a vida é assim, é feita de acenos, de gestos e, apesar das bandeiras diferentes que aqui defendemos, podemos ter um protocolo de entendimento, de convivência, porque, afinal de contas, nós todos, queiramos ou não, vamos estar aqui convivendo por, pelo menos, mais 4 anos porque foi a vontade do povo da Bahia. E o papel do Líder é esse.

Muito obrigado, presidente. Concordo com a questão de ordem suscitada pelo Líder Rosemberg Pinto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem solicitada pelo deputado Rosemberg Pinto, Líder da Maioria desta Casa,...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não! Era só...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) pedindo verificação de quórum...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Isso.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) Não havendo número suficiente para continuidade da sessão, ela está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.